

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE): articulação no campo da política pública educacional

### *NATIONAL EDUCATION PLAN (PNE): articulation in the public educational policy field*

#### ARTIGO

**Edneuzza Alves Trugillo<sup>1</sup>**

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
E-mail: [edneuzza.trugillo@unemat.br](mailto:edneuzza.trugillo@unemat.br)

**Andréia Maria Neri Ecco**

Rede Pública Municipal de Sinop - MT  
E-mail: [andrea.ecco@unemat.br](mailto:andrea.ecco@unemat.br)

**Agnaldo Machado dos Santos**

Rede Pública Municipal de Novo Mundo - MT  
E-mail: [agnaldo.machado@unemat.br](mailto:agnaldo.machado@unemat.br)

#### RESUMO:

O estudo analisa a Educação do Campo dentro do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, destacando metas e estratégias para a melhoria dessa educação e suas implicações para políticas públicas. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, investigou-se a eficácia de documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE). Os resultados indicam que a educação rural enfrenta problemas estruturais e falta de investimento, agravados por estereótipos e políticas neoliberais. Apesar de avanços com programas e políticas específicas, as disparidades persistem, e a educação no campo continua a ser negligenciada em comparação com a urbana. As conclusões apontam para a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e adaptada às especificidades das áreas rurais para garantir uma educação de qualidade e equitativa.

**Palavras-chave:** Metas. Educação Pública. Práticas de ensino. Educação do Campo.

#### ABSTRACT:

*The study analyzes Rural Education within the Professional Master's Degree in Sociology in a National Network - PROFSOCIO, and highlights goals and strategies for improving this education and their implications for public policies. Through bibliographical and documentary research, the effectiveness of documents such as the National Education Plan (PNE) was investigated. The results indicate that rural education faces structural problems and a lack of investment, aggravated by stereotypes and neoliberal policies. Despite progress with specific programs and policies, disparities persist, and rural education continues to be neglected in comparison to urban education. The conclusions point to the urgent need for a more inclusive approach adapted to the specificities of rural areas in order to guarantee quality and equitable education.*

**Keywords:** Goals. Public Education. Teaching practices. Countryside Education.

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Pautado nos aspectos que permeiam a linha de Pesquisa - Práticas de ensino e conteúdos curriculares do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, este estudo tem com o objetivo de analisar a presença de Metas e estratégias voltadas a Educação do Campo e seus desdobramentos, evidenciando a conquista de direitos e retrocessos concernentes as políticas públicas para Educação do Campo.

As investigações são voltadas para o entendimento dos elementos que compõem a prática escolar e seus saberes na Linha de Pesquisa – Práticas de ensino e conteúdos curriculares, que compreendem as formas de intervenção em sala de aula, nas mediações pedagógicas e a transposição do saber científico para o saber escolar, por meio da seleção de conteúdos curriculares e os elementos cognitivos constitutivos do processo ensino-aprendizagem dos estudantes. As conexões entre pesquisa e ensino na formação de professores envolvem diversos aspectos, como os materiais didáticos, as legislações em níveis municipal, estadual e nacional, a estruturação das escolas, e a integração de novas tecnologias de informação e comunicação em ambiente escolar.

A Educação do Campo sempre esteve ligada a uma realidade diferente, vivenciada por professores, estudantes e familiares. As condições de trabalho em que estão inseridas as famílias, grau de escolaridade, distâncias da escola, e o acesso precário de transporte escolar, são alguns fatores que contribuem para resultados contrários no desempenho escolar dos estudantes. Há, portanto, a necessidade em proporcionar um cuidado especial as políticas públicas de educação no campo, oportunizando aos estudantes o acesso a escolaridade respeitando suas especificidades.

## 2 MÉTODO

Os procedimentos metodológicos deste artigo são de natureza bibliográfica, com ênfase na investigação das metas e estratégias para a Educação do Campo, complementados pela pesquisa documental, destacando o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) como objeto de estudo. Conforme Minayo (2014, *apud* Rafagnin, 2020), os textos não falam por si, mas respondem as indagações dos investigadores. Isso porque, na pesquisa documental os documentos também podem ser fontes riquíssimas de informações, logo, cabe ao pesquisador decidir quais documentos e de que tipo (escritos, visuais, audiovisuais e outros), serão utilizados na pesquisa.

Na pesquisa social objetiva-se fazer a mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica (Minayo, 2014), podendo ser utilizadas diferentes metodologias. Entretanto, os procedimentos adotados precisam ser compatíveis aos objetivos da investigação, a fim de apreender todas as dimensões do fenômeno social a ser estudado.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço rural sempre foi marcado pela ausência do Estado na Educação, que em sua maioria, sempre esteve sucateada, com escolas precárias, falta de equipamentos, materiais pedagógicos, infraestrutura, saneamento, eletricidade, profissionais que migram devido à desvalorização, entre tantos outros problemas que marcam a vida de quem vive no campo.

Os interesses econômicos e ideológicos são fatores marcantes nos planos de Educação Pública no Brasil, assim a visão de Educação do Campo esteve relacionada à diferentes interesses em diferentes períodos, na década de 1930 e 1940, por exemplo, predominou a ideia de ruralismo pedagógico, cujo objetivo era valorização do homem do campo, ou seja, a educação estava relacionada a sua fixação à terra, os filhos dos campesinos eram preparados para continuarem na terra.

Neste mesmo período, a visão que a sociedade tinha era de que o homem do campo era “jeca”, termo pejorativo, que significa caipira e carrega um preconceito implícito de ignorante, atrasado, simples, entre tantos outros que desmerecem o trabalho e estilo de vida de quem vive no campo. A partir da década de 1950, com a industrialização do Brasil, a visão de superioridade urbana ganha mais destaque em relação ao espaço rural, e os estereótipos

do homem campestre ganham adjetivos ainda mais depreciativos, sendo vistos como um regresso ao progresso da modernização do país.

Na década de 1960/1970, o termo “civilizar” o homem do campo refletia a influência norte-americana na Educação Rural, focada em assessoria técnica e financeira. Nesse sentido, a educação seria objetivada em mudanças de valores, que levariam o homem do campo a relação de dependência de consumos (pesticidas, equipamentos e adubos). Após a década de 1980, com o processo de redemocratização do país, novas organizações surgiram, como MST (1984), e Movimentos em defesa da escola pública (1988). nesse contexto, é criado uma pressão dos movimentos sociais para a construção de um novo modelo de Educação Rural.

No século XX, com a implantação de políticas Neoliberais, sob forte influência Norte Americana e submissão ao FMI, o modelo adotado trouxe ao homem do campo sérias consequências. As políticas de abertura ao mercado externo, concentração fundiária e monocultura afetaram a agricultura familiar, marginalizando economicamente os pequenos produtores. Essa marginalização é sentida ainda hoje, devido à continuidade e expansão desse modelo. Nesse contexto, a Educação passou por uma ampla reforma educacional, consolidada com a aprovação dos PCNs e da LDB nº 9.394/1996, além da criação do Fundef. No campo, a precarização do ensino é agravada pela falta de investimentos. Segundo o INEP, em 2004:

Nos assentamentos de reforma agrária, mostrou que, das 8.679 escolas existentes em assentamentos, 84% delas ofereciam apenas os anos iniciais do ensino fundamental e atendiam somente 51% da demanda estudantil para essa modalidade. Em 56% dessas escolas não havia diretor, e os professores residiam em outras localidades, geralmente nas sedes dos municípios, e não possuía identidade com a cultura campestre [...] em relação ao tamanho da escola, 49% tinham somente uma sala de aula, e em 44% não havia ambiente do tipo biblioteca ou sala de leitura, nem equipamentos como estantes, armários ou caixas para guardar e ou disponibilizar os livros e material de leitura para os(as) alunos(as) (Santos, 2018. p. 9).

Em um contexto de lutas e desigualdades, inicia-se um movimento de reconhecimento vinculado a uma proposta de educação que reconheça a identidade do homem do campo, o MST<sup>1</sup> em parceria com a UNB (Universidade de Brasília) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), UNESCO e UNICEF, realiza em 1997 o ENERA (Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária), e em 1998 a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

Esses eventos reivindicavam uma Educação do Campo diferente do modelo oferecido até então, no qual o modelo urbano predominava de forma hegemônica na organização curricular, tornando o ensino no campo um ensino paralelo, passivo, sem voz, aprofundando ainda mais a desigualdade sentida pelo descaso de seus órgãos mantenedores.

Nesse sentido, os movimentos pela Educação do Campo tiveram significativos avanços, com a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) em 1998, aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2001; valor diferenciado para o custo por aluno do campo, previsto no Fundeb em 2007; Procampo/2009 para formação de professores do campo e o Pronacampo/2013, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo (MEC, 2013).

O percurso da Educação do Campo tem sido marcado por lutas constantes para superar a visão preconceituosa que a considera inferior ao modelo urbano. Essa subordinação ainda persiste em muitas escolas do campo. As políticas públicas para a educação rural não são plenamente aceitas, seja pela falta de compreensão das identidades campestres, seja pelo descaso com as minorias, que ficam limitadas a portarias e organizações pedagógicas que não atendem às suas necessidades, resultando em um sistema que oferece apenas soluções superficiais.

A Constituição Federal em seu Artigo 205, garante a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da

<sup>1</sup> O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é uma organização brasileira que luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais. Fundado em 1984, o MST busca a redistribuição de terras, o acesso à educação e a melhoria das condições de vida no campo.

sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Mas, por que, na prática, esse direito não chega a todas as crianças brasileiras? Ao fazer uma análise nos PNEs de 1993, 2001 e 2014, podemos elencar as prioridades do Estado Brasileiro em relação a Educação Pública, bem como o descaso com as Políticas Públicas para Educação do Campo.

Em 2023, três décadas após a aprovação do Primeiro PNE (1993), seguido dos PNEs 2001 e 2014, ainda existe um abismo de desigualdades na Educação Pública Brasileira, a negação desses direitos se tornam ainda mais acentuados quando colocamos a Educação do Campo em questão. Em 1993, foi aprovado o PDE (Plano Decenal de Educação), com vigência até 2003, a construção do documento teve a participação de diferentes entidades representadas no Comitê Consultivo do Plano, as contribuições oriundas desses debates foram consolidadas durante a Semana Nacional de Educação para Todos, realizada em Brasília, de 10 a 14 de maio de 1993, e incluídas no Plano Decenal.

O objetivo principal era garantir, até 2003, a crianças, jovens e adultos, a aquisição de conteúdos mínimos de aprendizagem que atendiam às necessidades fundamentais da vida contemporânea. O Plano visava cumprir o dispositivo constitucional que determinava "eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental" no prazo de dez anos.

Já é observado um enorme desafio nesse primeiro Plano, já que o próprio documento apontava que nos anos 60 apenas 45% da população na faixa etária de 07 a 14 anos frequentava escola; em 1980, o percentual elevou-se para 80% e, em 1990, atingiu 86,9%. O Plano indicava que, na faixa etária de 7 a 14 anos, aproximadamente 3,5 milhões de crianças ainda não tinham acesso ao ensino fundamental. Além disso, apenas dois quintos delas concluíam as quatro séries iniciais, e menos de um quarto o fazia sem repetência. Outro dado importante é que 180 mil escolas não possuíam os equipamentos e materiais mínimos necessários para a efetivação do ensino. Essas escolas atendiam apenas 25% do total de alunos e, na maioria dos casos, localizavam-se na zona rural.

Dada a precariedade do sistema de Ensino, a Educação do Campo, na época rural, aparece no 2º Objetivo do Plano Decenal da Educação: Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento: estratégia F, diferenciando modalidades, métodos e estratégias educativas apropriadas às necessidades de aprendizagem de indígenas, crianças de áreas rurais pobres e de expansão de fronteiras, bem como de trabalhadores de setores informais.

No 6º Objetivo, Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação: Estratégia b) criando fundos e mecanismos não convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de médio porte e áreas rurais críticas) e finalmente, a Educação do Campo volta a aparecer nas Metas Globais do Plano das 12 metas 01 uma busca: "dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento".

Observa-se que, entre os sete objetivos estabelecidos no Plano, o 2º e o 6º contemplam apenas uma estratégia cada um, das 32 previstas, e apenas uma das 12 Metas Globais é estabelecida. Nota-se a falta de comprometimento com a Educação do Campo e a ineficácia das políticas adotadas, uma vez que, até os dias atuais, as escolas do campo continuam enfrentando problemas de falta de investimento, questões que foram apontadas de forma sucinta há três décadas e ainda não foram consolidadas.

Através da aprovação da Lei N° 010172, de 9 de janeiro de 2001, instituiu-se o Novo PNE (2001/2010), após um intenso debate iniciado em 1998, o novo Plano tinha como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso e à permanência com sucesso na educação pública, bem como a democratização da gestão do ensino público. Esse Plano ainda permaneceu com a concepção de Educação Rural, ignorando o termo Educação do Campo, nesse viés, o Plano evidenciava fortes marcas de uma Educação voltada aos interesses urbanos, marcando de forma explícita o descompromisso do governo com às populações camponesas. Da totalidade de 295 metas/objetivos apontadas para Educação em seus diferentes níveis, modalidades, financiamento, gestão e monitoramento, somente as metas/objetivos (15,16,17 e 25), elencadas para Ensino Fundamental e para financiamento/gestão Meta/objetivo (25),

mencionam objetivos específicos para Educação do Campo, como mostra a figura abaixo.

Figura 1: Objetivos e Metas

PNE 2001-2010
<b>2.3 Objetivos e Metas Para Ensino Fundamental</b>
<b>Objetivos</b>
15. Transformar progressivamente as escolas unidocentes em escolas de mais de um professor, levando em consideração as realidades e as necessidades pedagógicas e de aprendizagem dos alunos.
16. Associar as classes isoladas unidocentes remanescentes a escolas de, pelo menos, quatro séries completas.
17. Prover de transporte escolar as zonas rurais, quando necessário, com colaboração financeira da União, Estados e Municípios, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola por parte do professor.
20. Eliminar a existência, nas escolas, de mais de dois turnos diurnos e um turno noturno, sem prejuízo do atendimento da demanda.
25. Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio.
<b>11.3.2 Objetivos e Metas Para Gestão.</b>
26. Organizar a educação básica no campo, de modo a preservar as escolas rurais no meio rural e imbuídas dos valores rurais

Fonte: BRASIL. 2010.

Como é possível analisar, as metas não contemplavam as necessidades vivenciadas pelas Escolas do Campo, porém este já faz menções específicas a essa modalidade, mesmo que ainda de forma genérica. A Educação do Campo é analisada como um problema a ser enfrentado, a ausência de Políticas Públicas eficientes e que respeitem as populações camponesas tem sido responsável pelo fechamento de milhares de escolas no Brasil, crianças de diferentes localidades, andam distâncias absurdas em transportes escolares de péssima qualidade para estudarem em outras escolas e até mesmo outro município, rompendo com o fortalecimento identitário das comunidades onde vivem.

Em 2014, pela LEI N° 13.005/2014, estabeleceu-se o novo Plano Nacional de Educação com vigência (2014 à 2024), sem nenhuma avaliação do Plano anterior que revelasse o seu desempenho, o novo Plano centrou-se em debates que colocaram em foco a discussão do financiamento da Educação para 10% do PIB brasileiro, Meta 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. Um diagnóstico contemplaria referências fundamentais que apontassem parâmetros qualitativos para avançar no novo Plano, apenas os recursos não garantem, na atualidade, a efetivação das metas.

Uma ambiguidade entre tantas a ser observada, pode ser vista na Meta 1 Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. Nesse ponto, a Educação do Campo, mais uma vez, sofre os descasos do Plano, como garantir acesso à Educação Infantil no campo por exemplo, onde milhares de escolas foram fechadas nas últimas décadas.

Um levantamento atualizado com base nos dados do INEP sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica revela que, entre 1997 e

2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro, o que indica que escolas rurais seguiram sendo fechadas em grande quantidade. <https://mst.org.br/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos>. Acesso em 16/03/2024

Figura 2: Em 21 anos, diferença quantitativa

Número de estabelecimentos de ensino – Educação Básica			
Ano	Total	Urbanos	Rurais
1997	225.520	87.921	137.599
2018	181.939	124.330	57.609
Diferença	- 43.581	+ 36.409	- 79.990

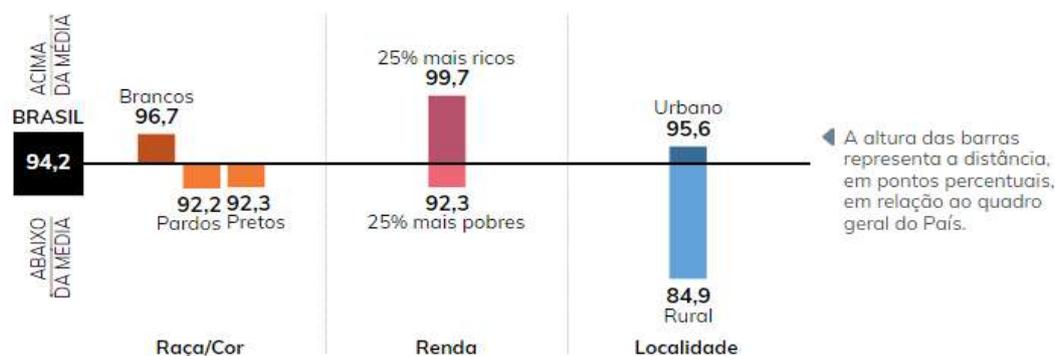
Fonte: Censo Escolar – INEP

O fechamento de escolas em áreas rurais contribui para a evasão escolar, uma vez que devido a distâncias que as crianças têm que percorrer para chegar em outra escola, leva os pais a não matricularem os filhos nessa faixa etária. O descaso com as populações camponesas é observado, e aborda, especificadamente, a Educação do Campo, Lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Das 20 metas estabelecidas no Plano, apenas a Meta 8 menciona especificamente o termo "populações do campo". Além disso, das 6 estratégias propostas, 5 utilizam uma linguagem generalizada. O termo "segmento populacional" é empregado para se referir à população do campo, incluindo tanto os mais pobres quanto os negros e não negros, conforme declarado ao IBGE.

Segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, o sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais, apresentando quase 03 pontos percentuais de crescimento na taxa de alfabetização da população brasileira entre 2012 e 2020 com 15 anos ou mais, a figura 2 aponta as diferenças entre as populações do campo, negros, pardos e mais pobres, mencionadas na Meta 8 do Plano.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Ainda que o PNE 2014-2024 apresente mais estratégias que o anterior, pode ser percebido o valor periférico da Educação do Campo, que das 254 estratégias que contemplam as ações deste decênio, apenas 17 estão relacionadas a Educação Quilombola, Indígena e do Campo. Com alguns avanços em relação aos Planos anteriores, o simples fato de algumas estratégias estarem elencadas não garantem a elevação de qualidade da educação para os povos camponeses, entre os desafios das escolas do campo estão as salas Multisseriadas, que segundo Dados do Censo Escolar informados pela Secretaria de Educação Continuada, sobre Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), indicam que o país tem hoje 865 escolas quilombolas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e 53.713 escolas com classes multisseriadas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental (<http://portal.mec.gov.br/>), esse modelo representa a falta de compromisso com a Educação do Campo, onde profissionais vivem a angústia no processo educativo, pela ausência de auxílio pedagógico, recursos financeiros e pessoal que os distanciam dos resultados esperados.

Um importante destaque ao PNE 2014 – 2024 é o alinhamento exigido entre as esferas municipais e estaduais, o Plano impõe que estados e municípios elaborem seus respectivos planos em até 01 ano após sua vigência. Pela Lei Municipal nº 387 de 31 de agosto de 2015, criou-se o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Novo Mundo, localizado ao Norte do Estado de Mato Grosso, que seguiu os critérios e etapas com a participação de todos os seguimentos da sociedade civil organizada antes sua homologação. O plano apresenta 10 diretrizes, 14 metas e 183 estratégias. Seguindo o descaso do PNE, o plano não prevê nenhuma meta específica para Educação do Campo, e das 183 estratégias, somente 22 estão diretamente relacionadas a Educação do Campo.

A estratégia 9.38, que visa criar uma política pública municipal para a Educação do Campo, busca o desenvolvimento de uma política específica voltada para essa área. Contudo, observa-se a ausência de uma legislação municipal que assegure a implementação dessas políticas públicas, deixando-as sujeitas ao entendimento e interesse de cada gestão municipal. Assim, a efetivação dessas políticas depende das práticas e compromissos de cada administração local.

Um exemplo, dentre tantos a serem analisados, pauta-se na estratégia 10.12: Oferecer um terço de carga horária em hora atividade remunerada aos funcionários interinos da escola do campo em funcionamento de regime integral, assegurado no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para os cargos lotados na Secretaria Municipal de Educação, a carga horária de 30 horas para professores, sendo descrito no item Atribuições dos Cargos de Nível do Ensino Superior – 1.9 Professor - cumprir as horas aula, extra sala e a hora-atividade no âmbito da unidade escolar com acompanhamento pedagógico.

Como não há uma legislação que assegure a hora atividade aos interinos, mesmo sendo estratégia do PME, a atual gestão decidiu no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, suspender o pagamento de hora atividade, voltando a contratação de 20 horas aulas semanais aos interinos em 2023, um descaso aos profissionais da educação, justificado pela gestão como incapacidade financeira para efetivação dos pagamentos, o que segundo os mesmos, comprometeria a atual gestão na LRF. No mínimo, se torna questionável a IX diretriz do Plano, que prevê a valorização dos profissionais da Educação, que além de não pagar hora atividade aos interinos, não pagaram o aumento de 33% em 2022 em sua integralidade, nem o aumento de 15% concedido em 2023, somando 27% de perdas salariais garantidas em Lei, e que não estão sendo pagas aos profissionais da Educação.

Outra estratégia que prejudica as minorias camponesas é a 2.6, que visa otimizar a nucleação das escolas multicicladas que apresentarem redução no número de alunos, desde que não atendam às Portarias da Educação do Campo até 2025. Esta abordagem revela que o funcionamento das escolas do campo adota um padrão que desrespeita suas particularidades, uma vez que as portarias são homologadas como se a realidade da educação fosse uniforme.

A questão das escolas multisseriadas, já destacada anteriormente, está envolvida aqui, e a responsabilidade de entender o número mínimo de alunos por turma recai sobre a gestão, que muitas vezes descumpra a estratégia 10.4. Esta estratégia propõe a criação de mecanismos para que o município desenvolva políticas específicas para a educação do campo, ajustando o número de alunos à realidade local e, em casos excepcionais, limitando o número de alunos por sala a no máximo 10. No entanto, no município, em 2022, havia salas que atendiam desde a Educação Infantil I até o 5º ano, com uma média de 25 alunos, e do 6º ao 9º ano, com uma média de 21 alunos. Essa situação demonstra um verdadeiro descaso com os profissionais, que, mesmo sem a devida estrutura, são cobrados para entregar resultados

positivos.

No ano de 2019, iniciou-se um movimento de Educação do Campo pela Secretaria Municipal de Educação de Novo Mundo/MT, na ocasião a entidade em parceria com a Escola Municipal de Educação Básica Dante Martins de Oliveira, Localizada em área rural a 90 km da sede, apoiou para que a coordenação local iniciasse um projeto que trouxesse em seu âmago as raízes e identidades da escola do campo. Em 2020, deu sequência ao Projeto, inclusive sendo parâmetro a ser reconstruído nas outras unidades do município. Nesse período pode-se dizer que houve uma ascensão e valorização dos profissionais do campo, iniciou-se um plano de formação, seguido, inclusive, pela inclusão de 10 cursistas no Programa Escola da Terra, as escolas tiveram uma ampliação de carga horária, utilizando-se da pedagogia de alternância e desenvolvimento de projetos agroecológicos em todas as unidades. Nesse período, os gestores priorizaram as estratégias do PME.

Atualmente, o cenário já é outro, os projetos do campo foram extintos, apenas 01 escola que já tinha seu credenciamento e autorização regulamentados pelo Conselho Estadual de Educação permaneceu com a prática, horas tempo família foram tiradas, formações paralisadas e tentativa de fechamento de escola, deram abertura ao ano letivo de 2023.

Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação em 2023, revelam a ineficiência do PME, que em seu oitavo ano de vigência ainda tem metas que não saíram do papel, apenas a meta 9 está acima de 50% de conclusão.

Figura 3: Dados SME Novo Mundo - MT

Meta	% Alcançado da Meta	Nº Estratégias	Nº Ações
1	0.10	10	1
2	0.52	13	4
3	0	9	0
4	0	4	0
5	0.34	17	2
6	0.05	5	1
7	0.30	15	2
8	0	6	0
<b>9</b>	<b>6.58</b>	<b>47</b>	<b>14</b>
10	0.12	12	1
11	0.52	13	4
12	0.16	16	
13	0.30	10	1
14	0.16	8	2

Fonte: SME Novo Mundo – MT, 2023.

Um relatório técnico da equipe de monitoramento do PME, publicado em dezembro de 2017, já apontava o processo avaliativo e de monitoramento do plano como muito deficitário, por falta de indicadores e índices atualizados.". Desde sua aprovação não houve um fórum com os profissionais para discutirem sua efetivação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória da Educação do Campo, bem como da construção e implantação dos Planos Nacionais de Educação, aponta para avanços consideráveis, mas ainda muito distantes da realidade daqueles que vivem nas áreas rurais, seja na condição de docentes, seja na de discentes. A falta de objetividade no Plano Nacional de Educação em relação a uma Educação do Campo valorizada e de qualidade também é observada no Plano Municipal de Educação, que possui estratégias específicas, mas que não são aplicadas. Isso evidencia a ausência de ação política em ambos os casos, impedindo a consolidação efetiva dos planos.

Ao que parece, é evidente que os governos não estão preocupados com a sobrevivência das escolas do campo. Sua manutenção está apenas voltada para garantir um acesso muito precário para os estudantes, evitando assim a responsabilização do Estado. No

entanto, na prática, prevalece a ausência de investimentos e de qualidade. A falta de recursos compromete o ensino no campo, levando ao êxodo rural de jovens em busca de educação de qualidade, especialmente ao ingressarem no Ensino Médio.

Segundo dados da Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC, 2021), nos últimos 10 anos, 179 escolas rurais foram fechadas em Mato Grosso. Essas medidas enfraquecem o movimento pela Educação do Campo, que sofre retaliações devido às políticas adotadas. A cada dia, mais turmas se tornam multisseriadas e mais escolas são fechadas, comprometendo o direito de quem vive no campo de ter acesso a uma educação de qualidade.

Frente aos retrocessos nas Políticas Públicas para Educação do/no Campo, restam a resistência e luta daqueles que sempre foram alvos da Indiferença do Estado, o campo precisa de mais atenção, ainda que predomine visões estereotipadas da vida do homem do campo, os tempos são outros, os jovens estudantes precisam de escolas mais equipadas com melhores condições de trabalho aos profissionais para que possamos avançar e garantir uma Educação que seja inclusiva, democrática, e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia; **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos**. Disponível em: <<https://mst.org.br>. Acesso em 03 junho. 2024.

AGUIAR, M. A. da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001–2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707–727, jul./set. 2010.

BRASIL. **ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2021 – Alfabetização**. Disponível em <https://www.moderna.com.br>. Acesso em 03 Mar. 2024.

BRASIL. **ESCOLAS MULTISSERIADAS - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. <portal.mec.gov.br>. Acesso em 16 Mar. 2024

BRASIL. PNE em movimento. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 abril 2024.

BRASIL. **L13005 PLANALTO**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 16 Mar. 2024.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/pde/plano-estadual-de-educacao>. Acesso em: 29 maio. 2024.

DEMO, Pedro. **Plano Nacional de Educação: Uma visão Crítica**. Papyrus Editora: SP. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PREFEITURA do município de Novo Mundo/MT. **LEI Nº 555/2021 - Atualização do Plano Municipal de Educação de Novo Mundo/MT**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/n/novo-mundo/lei-ordinaria/2021/56/555/lei-ordinaria-n-555-2021-dispoe-sobre-atualizacao-do-plano-municipal-de-educacao-de-novo-mundo-mt-pme-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 25 junho 2024.

RAFAGNIN, Maritânia Salete Salvi. **Instrumentos para a pesquisa social: noções básicas**. Ano 6 (2020), nº 4, 2137-2154. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020\\_04\\_2137\\_2154.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_2137_2154.pdf). Acessado em: 20 de junho de 2024.

SANTOS, MARILENE. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação**. Ensaio: aval. pol. públ. educ. [online].

2018, vol.26, n.98, pp.185-212. ISSN 0104-4036.

SECRETARIA. Educação de Mato Grosso (SEDUC). **Quase 200 escolas rurais são fechadas em MT nos últimos 10 anos.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso>. Acesso em: 17 Mar. 2024.

---

i Sobre os autores:

**Edneuzza Alves Trugillo** (<https://orcid.org/0000-0003-2042-8381>)

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP (2018); Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2009); Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1999). Atualmente é professora efetiva na Universidade do Estado de Mato Grosso /UNEMAT. Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN - 2021 - 2023). Professora do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), UNEMAT/Campus de Sinop. Membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e no Comitê de Bacias Hidrográficas Alto Teles Pires - MD (CBH - SINOP-MT). Pesquisadora membro do grupo de pesquisa Rede de pesquisadores em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil e Ensino Fundamental, atuando principalmente nos seguintes temas: educação inclusiva, educação ambiental, práticas pedagógicas e formação de professores.

**Andreia Maria Neri Ecco** - <https://orcid.org/0009-0009-5350-8047>

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT), Especialista em Educação Infantil e Alfabetização (FIAVEC), Graduada em Pedagogia (UNEMAT), Pesquisador da Rede de Pesquisadores em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH), Professora da Rede Pública Municipal de Sinop (SMEEC), Membro do Conselho Deliberativo da EMEB Alcídia Divanir Simões Sales Pavan. Bolsista Demanda Social (CAPES/MEC)..

**Aginaldo Machado dos Santos** - <https://orcid.org/0009-0006-6462-0729>

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT), Especialista em História e cultura afro-brasileira (FUNIP) e "Práticas pedagógicas na educação do campo: professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental" (UFMT), graduado em História (UNIUBE-MG), Pesquisador da Rede de Pesquisadores em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH), Professor da Rede Pública Estadual de Mato Grosso (SEDUC), Professor da Rede Pública Municipal de Novo Mundo MT, (SME), Membro do CDCE da E.M.E.B. Dante Martins de Oliveira, Bolsista Demanda Social (CAPES/MEC)

**Como citar este artigo:**

TRUGILLO, Edneuzza Alves; ECCO, Andreia Maria Neri. SANTOS, Aginaldo Machado dos. Plano Nacional de Educação (PNE): articulação no campo da política pública educacional. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 1, p. 21-30, 32ª Edição (Especial), 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR